



O que é trabalhar textos da perspectiva da Enunciação: uma proposta teórico-prática

What analyzing texts from the perspective of enunciation is: a theoretical-practical proposal

Adail SOBRAL*

Karina GIACOMELLI**

Resumo: Afirma-se atualmente que o texto é parte de uma interação entre autor e leitor, e não uma unidade independente dessa interação. Ao ler, interagimos com o autor que se dirige a nós, não com a pessoa do autor, mas com a imagem autoral projetada. Mas o que é trabalhar textos da perspectiva da enunciação? Como analisar um texto considerando, dessa perspectiva, os conceitos de interação, relações dialógicas e acento de valor, que estão na base da perspectiva dialógica de enunciação? Em que essa perspectiva altera a descrição, análise e interpretação do texto, tanto em sua materialidade como em sua natureza de parte de um evento discursivo? O que se tem de ver, elencar, discutir, examinar dessa perspectiva? Bakhtin propõe que, ao examinar enunciados, o analista considere a significação da palavra na língua e examine de que maneiras essa significação é apropriada pelos discursos para instaurar sentidos na enunciação. Nesse sentido, propomo-nos a ver o texto como um dispositivo enunciativo mediante o qual o locutor transforma língua em linguagem. Em termos práticos, pretendemos mostrar como examinar o título, a autoria, o gênero, as partes do texto, sua estrutura etc. em termos de interação e, portanto, de endereçamento dos textos, enriquece a análise ao ir além da fixidez de interpretações estáticas de unidades dinâmicas.

Palavras-chave: Dialogismo. Proposta de análise. Enunciação. Concepção dialógica de linguagem.

Abstract: It is currently stated that texts are part of interactions between author and reader, and not units independent of an interaction. When reading, we interact with the author who is addressing us, not with the person of the author, but rather with the projected authorial image. But what does it mean to work from the perspective of interaction in a text? How to analyze a text considering the concepts of interaction, dialogical relationships, and evaluation? How does this perspective alter the description, analysis, and interpretation of the text, both in its materiality and in its nature as part of a discursive event? What does one have to see, list, discuss, examine from this perspective? Bakhtin proposes that, when examining utterances, the analyst should consider the meaning of the word in the language and examine in what ways this signification is appropriated by discourses to establish senses in the utterance. From this point of view, we propose to see the text as a device through which the speaker transforms significations into sense. In practical terms, we intend to show how examining the title, the

* Doutor em Linguística Aplicada e Estudos de Linguagem pelo LAEL –PUC/SP. Professor do PPGL-FURG. Pesquisador PQ 1E – CNPq. adail.sobral@gmail.com

** Doutora em Letras pela UFSM. Professora do PPGL -UFPEL. karina.giacomelli@gmail.com

authorship, genre, the parts of the text, its structure, etc. in terms of interaction and, therefore, addressing texts, it enriches the analysis by going beyond the fixity of static interpretations of dynamic units.

Keywords: Dialogism. Proposal of analysis. Enunciation. Dialogic conception of language.

Artigo recebido em: 09.02.2024

Artigo aprovado em: 01.05.2024

1 Introdução

A BNCC, como se sabe, é um documento oficial normativo, em vigor desde 2018, que busca estabelecer um currículo comum em todo o continental território brasileiro. No componente curricular Língua Portuguesa, o documento declara que suas proposições seguem a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, também assumida pelos PCNs anos antes. Os PCNs, diz a BNCC, consideram a linguagem “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (Brasil, 2018, p. 67).

A BNCC, embora parta dessa definição, que poderia ser considerada vaga, inclusive porque suas duas partes não estão articuladas entre si, amplia a proposta dos PCNs, aí configurada, ao detalhar em suas propostas sua assunção da perspectiva enunciativo-discursiva e admitir um trabalho em sala de aula do ponto de vista desta perspectiva, mesmo que o tópico seja a diferença entre letra e fonema, porque a BNCC articula os aspectos formais e discursivos. E ainda que se possa criticar o excesso de gêneros que ela sugere que se ensine, o mais relevante é essa ênfase em uma perspectiva enunciativo-discursiva, sem prejuízo do texto. Mas ela trouxe igualmente um problema: como se define uma abordagem enunciativo-discursiva?

A nosso ver, trata-se de uma abordagem que vê produto e processo integrados no qual o ato de enunciação produz um discurso. Nesse sentido, uma das representantes dessa abordagem ou perspectiva é a concepção dialógica de linguagem, de Bakhtin, Volóchinov e Medviédev, que tem servido de base a várias propostas

analíticas, de pesquisa e didáticas. Merece destaque que essa concepção de linguagem tem como centro o uso da linguagem como ação, na forma de enunciado, e não a língua como sistema que gera um objeto material chamado texto. Mas é preciso acentuar que ter como centro a linguagem em uso, na forma de enunciados, não significa não considerar a língua como sistema ou deixar o texto de lado. Significa que língua e texto são vistos do ponto de vista da linguagem em uso, do enunciado e da enunciação. Por considerar esses dois planos, é uma proposta tanto enunciativa como discursiva compatível com a BNCC e o ensino de língua materna.

Este trabalho tem o objetivo de explicar essa concepção considerando o que preconiza a BNCC a fim de contribuir para o uso dessa proposta na sala de aula de língua materna. Queremos demonstrar em primeiro lugar que se trata de uma concepção ativa de linguagem que tem o enunciado como unidade de análise e o texto como objeto, algo que se acha presente na BNCC. Para essa concepção, como para a BNCC, o enunciado se define como texto + contexto, logo, engloba o texto. A partir dessa caracterização, buscamos discutir aspectos relativos ao ensino de língua materna e, a partir da análise de um texto, uma proposta prática de análise didática de textos do ponto de vista enunciativo.

Descrevemos aqui, em termos didáticos, os principais conceitos da concepção dialógica, destacando a questão da concepção de signo ideológico e suas implicações. Do mesmo modo, buscamos distinguir a definição de diálogo da concepção dialógica de linguagem de outros usos que identificam diálogo e acordo, “ser dialógico” e “aceitar um acordo”, “aceitar opiniões do outro”, desistindo das próprias opiniões ou não, mostrando que, de acordo com essa concepção, diálogo é algo que se sustenta em meio a divergências, nos embates sociais de que fala Volóchinov, não se restringindo a uma forma textual nem designando um suposto acordo universal. Trata-se de um conceito teórico específico na referida teoria.

Desenvolvemos a ideia de que, para a concepção dialógica, o interlocutor, antes de lhe ser dirigido um enunciado, influencia a maneira como o locutor vai realizar seu

projeto enunciativo com esse enunciado. Apresentamos então a análise de um texto publicado num site de jornal de acordo com os seguintes parâmetros: (1) as relações enunciativas entre locutor e interlocutor, considerando (2) as marcas linguísticas, o texto e a língua, (3) as marcas enunciativas, ou o que a enunciação realiza com a língua e o texto, e (4) os saberes que o interlocutor precisa mobilizar para entender o que lhe é proposto pelo locutor.

Por fim, retomamos os diversos elementos desenvolvidos e defendemos a ideia de que a perspectiva de análise desenvolvida leva o trabalho didático de língua materna a recusar o estudo do gênero textual como um modelo, como mera estrutura dotada de uma dada “linguagem”, mas em vez disso como um dispositivo enunciativo (Sobral; Giacomelli, 2021) potente que inclui e transcende os aspectos linguístico-textuais estritos.

Para a concepção dialógica, a linguagem está intimamente ligada à sociedade e aos modos como esta “constrói” a realidade, e os processos de produção de sentido se manifestam no contexto e na situação histórico-sociais em que se realizam as interações. A interação é o espaço de manifestação dos critérios de atuação e interação verbais necessários à emergência dos sentidos. O enunciado revela que as ações, intenções, estratégias discursivas etc. de um locutor com relação ao seu interlocutor estão ancoradas na situação de produção desse discurso, nas esferas de atividade, e se realiza de acordo com os gêneros.

Isso supõe a distinção entre o sistema da língua e os processos de enunciação. Segundo Bakhtin (2003a),

As relações dialógicas pressupõem linguagem, no entanto elas não existem no sistema da língua. [...] Contudo, não se deve pensar que essa realidade sumamente multifacetada que tudo abrange possa ser objeto apenas de uma ciência – linguística – e ser interpretada apenas por métodos linguísticos. [...] A linguística estuda apenas as relações entre os elementos no interior do sistema da língua, mas não as relações dos enunciados com a realidade com a pessoa falante (o autor). [...] (Bakhtin, 2003a, p. 323; 324; grifos nossos).

A linguagem se vincula com uma dada realidade socialmente produzida, sendo um meio de realização da “construção social” dessa realidade, elemento que serve ao controle, regulamentação, direção, organização etc. das percepções, ações e sentidos que os indivíduos podem produzir. Essas funções da linguagem se manifestam no âmbito de relações de força, exclusão, dominação, confronto e diferenciação que a constituem em interação permanente com o contexto e reproduzem os falantes nos discursos.

Assim, a concepção dialógica faz outra distinção, aquela entre relações lógicas, no nível da língua, e relações dialógicas, no nível da enunciação. Bakhtin (2005) afirma:

As relações dialógicas são irreduzíveis às relações lógicas ou às concreto-semânticas, que *por si mesmas* carecem de momento dialógico. Devem personificar-se na linguagem, tornar-se enunciados, converter-se em posições de diferentes sujeitos expressas na linguagem para que entre eles possam surgir relações dialógicas (Bakhtin, 2005, p. 182-183; grifo do autor).

A constituição psíquica dos indivíduos, manifesta através da linguagem, é fundamental para a manifestação dos sentidos sociais. Essas realidades estão integradas dialeticamente aos eventos em que se manifestam concretamente os enunciados. Nesse sentido, a consciência individual é um fato social e a linguagem, apropriável em sua complexidade semiótica, o meio de realização dos processos individuais e sociais de produção de sentido, em sua contínua interação. Os processos individuais são determinados pelos processos sociais, que, no entanto, não teriam existência sem os processos individuais. Essas relações entre linguagem e sociedade, e entre processos individuais e sociais, têm sua atualização, sua concretização, no processo material de intercâmbio social, nas interações.

Logo, o sentido não tem origem no indivíduo, no “sujeito”, nem serve à representação “objetiva” da realidade; ele surge da configuração particular da sociedade a que serve, apresentando, portanto, as marcas dessa configuração. O

indivíduo não é o centro da produção social e histórica dos enunciados, mas um elemento que, integrado ao funcionamento desse processo, constitui sua identidade individual ao mesmo tempo em que é condição de possibilidade dessa mesma produção. Por conseguinte, a linguagem serve a diferentes funções ideológicas, a distintos modos de representação das relações sociais, gerados pelos interesses e propósitos particulares dos vários setores da sociedade. E a consciência individual não é um fenômeno subjetivo em termos psicológicos, mas um elemento social e histórico fundamental que realiza o processo de constituição social dos indivíduos nas e pelas relações sociais.

Bakhtin mostra a relação entre sociedade, linguagem e consciência em um trecho no qual aborda o processo de aquisição da linguagem, indicando que o sistema linguístico não é algo estático a ser adquirido passivamente, mas parte da corrente de comunicação verbal, em que é assimilada:

Na verdade, a língua não se transmite; ela dura e perdura sob a forma de um processo evolutivo contínuo. Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal, ou melhor, somente quando mergulham nessa corrente é que sua consciência desperta e começa a operar. É apenas no processo de aquisição de uma língua estrangeira que a consciência já constituída – graças à língua materna – se confronta com uma língua toda pronta, que só lhe resta assimilar. Os sujeitos não “adquirem” sua língua materna; é nela e por meio dela que ocorre o primeiro despertar da consciência (Bakhtin, 1998, p. 108).

Nesses termos, a língua, dinâmica, em vez de um objeto transmissível, é a condição de possibilidade do surgimento da consciência, o que ocorre no processo mediante o qual os sujeitos, ao fazer parte de uma sociedade, mergulham nas águas da comunicação, da interação e assimilam, em vez de adquirir, a linguagem. Em outras palavras, a língua é já linguagem, porque, embora haja uma ordem da língua como sistema, os falantes só têm acesso ao intercâmbio verbal, à língua em uso, que ocorre sempre em contexto. Nesse sentido, Bakhtin insiste que:

O sistema da língua dispõe de uma reserva imensa de recursos puramente linguísticos para expressar formalmente o ato vocativo: recursos lexicais, morfológicos (as flexões correspondentes, os pronomes, as formas pessoais do verbo), sintáticos (os diferentes clichês e modificações de orações). Essas formas, porém, só podem implicar um destinatário real no todo de um enunciado concreto. [...] quando se analisa uma oração isolada tirada de seu contexto, encobrem-se os indícios que revelariam seu caráter de dirigir-se a alguém, a influência da resposta pressuposta, a ressonância ideológica que remete aos enunciados anteriores do outro, as marcas atenuadas da alternância dos sujeitos falantes que sulcaram o enunciado por dentro (1992, p. 326, grifos nossos).

Volóchinov (2017) afirma que a presença de ao menos um locutor e um interlocutor (concebidos como indivíduos socialmente organizados e não isolados, autárquicos) é concomitante à produção do enunciado verbal. A linguagem humana é o mais fundamental sistema de produção de signos, um sistema dinâmico, definidor do especificamente humano. Seu estudo é considerado passível de servir à verificação do vínculo entre a base material e a criatividade mental do homem, tendo em vista ser o enunciado verbal emitido pelo locutor a partir de um dado inventário que ele “conhece”.

A emissão concreta de enunciados é regulada pelas relações sociais, pelo processo de intercâmbio social que constitui a realidade da língua. Volóchinov distingue a “neutralidade”, ou melhor, potencialidade do sistema da língua, da valoração, parte integrante do uso da língua em enunciações, no âmbito das interações. Todo locutor se vincula a algum interlocutor, e por isso a valoração não é parte do sistema da língua, uma vez que locutor e interlocutor não são elementos da linguística da língua:

Apenas um elemento abstrato, percebido no sistema da língua e não na estrutura do enunciado, aparece privado de avaliação. Foi justamente a orientação para o sistema linguístico abstrato que fez com que a maioria dos linguistas isolasse a avaliação da significação, considerando-a um elemento secundário da significação, uma

expressão da opinião individual do falante sobre o objeto da fala (Volóchinov, 2017, p. 236-237, grifos nossos).

No primeiro capítulo de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (Volóchinov, 2017, p. 91), o autor trata de várias formas de manifestação semiótica, inclusive destacando suas especificidades, e se concentra na questão dos vínculos entre ideologia e enunciados, não apenas os enunciados verbais, mas também outras formas de manifestação sígnica, chegando mesmo a destacar as especificidades destas. Para ele, um produto ideológico não só constitui uma parte de uma realidade natural ou social (nisso se assemelhando a um corpo físico ou a um instrumento de produção) como também *reflete e refrata* uma realidade que lhe é exterior. Nessa perspectiva, um enunciado sempre se refere a uma realidade e faz parte dessa mesma realidade.

Os enunciados, assim, estão sujeitos aos critérios de avaliação ideológica, e seu domínio e o da ideologia são um mesmo domínio. Por conseguinte, todo produto ideológico tem valor semiótico, de signo, e, não só reflete e refrata a realidade, como tem uma realidade concreta passível de um estudo científico. Reflexo e refração são processos indissociáveis que envolvem pontos de vista, valorações. Nesses termos, todo signo, todo enunciado, é ideológico, porque, ao ser usado nas interações, traz consigo a valoração dos envolvidos e de seu histórico de uso.

Como a compreensão e a consciência só se produzem com base num material semiótico e como esse material se institui como realidade concreta, a consciência só vem a ser no contato com a materialidade dos signos, isto é, a consciência individual só se constitui, no processo de interação social, a partir do ideológico. Quando aborda a interação entre o individual (psiquismo) e o social (a ideologia), Volóchinov (2017, p. 138) alega que: “o psiquismo desaparece, anula-se, ao tornar-se ideologia, assim como a ideologia se exclui ao tornar-se psiquismo”. No entanto, os dois continuam a existir, uma vez que se a plenitude ideológica ocorre apenas quando se realiza em enunciados, a realização do enunciado só vem a ser por meio da plenitude ideológica. Contesta assim tanto as correntes de estudo que julgam ser o sujeito, em sua psicologia

individual, o centro autárquico da produção de sentidos, como as tendências que, exagerando as diferenças entre individual e social, querem ver o discurso como o lugar em que o falante, em vez de dizer, é dito.

Como precisa realizar-se como signo, o sentido depende de sua inscrição na psique (no mundo interior). Um enunciado ou signo que não assumir um acento subjetivo (valoração, sentido ideológico), não tem vida, desfaz-se. Por outro lado, o signo interior, para deixar de ser uma experiência apenas subjetiva e tornar-se signo social (ideológico), isto é, para ser compreendido e experienciado por interlocutores, deve integrar-se aos contextos dos enunciados.

Volóchinov (2017) desenvolve a ideia de que a realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade dos signos sociais, que segue as leis da interação semiótica. Para ele, a palavra (a linguagem) é, portanto, o fenômeno ideológico por excelência: sua natureza se define por sua função de signo (enunciado) e sua realidade é determinada pelo intercâmbio social. Além disso, ela é um material semiótico de caráter geral, diferindo dos outros materiais semióticos por não fazer parte de um campo determinado de criatividade ideológica; os outros materiais são criados por um dado campo que formula símbolos e signos aplicáveis apenas a si mesmo. Quer dizer, são criados a partir de uma função ideológica específica e permanecem por isso inseparáveis dela. A linguagem verbal, por sua vez, na qualidade de sistema de produção de sentidos, não se especializa em nenhuma função ideológica específica, podendo desempenhar funções semióticas dos mais diversos tipos.

Por outro lado, ela é o meio fundamental da consciência individual, produzida no próprio organismo sem recurso a qualquer material extracorpóreo, servindo assim de material da “verdade interior da consciência” (linguagem interna). A criatividade ideológica e a compreensão dos processos ideológicos têm a palavra como elemento essencial: a função da palavra nesses planos é constituir a linguagem interna, que é a base desses processos.

Essas características da linguagem, ao lado da natureza dos discursos e da criatividade ideológica, constituem para o autor a psicologia social, cuja manifestação é uma variedade de discursos condicionados pela organização social dos participantes dos atos discursivos, bem como pelas condições imediatas em que se dá a interação desses participantes. Logo, o intercâmbio social é condicionado permanentemente pela situação social dos participantes e pelas condições, imediatas e mediatas, de sua interação por meio das relações dialógicas entre os sujeitos.

Em resumo, para o autor, a ideologia está ligada inseparavelmente à realidade material do enunciado, perceptível apenas no âmbito das formas concretas do intercâmbio social. Só o que tem valor social faz parte do universo da ideologia, e o reconhecimento social atribui um dado valor ao enunciado: “somente aquilo que adquiriu um valor social poderá entrar no mundo da ideologia, tomar forma e nele consolidar-se” (2017, p. 111). Logo, não se trata de algo aleatório que venha do nada, mas o resultado de um tenso processo social.

Nesse sentido, Volóchinov (2017) alega que

Na composição do sentido não há nada que esteja acima da formação e independente da ampliação dialética do horizonte social. A sociedade em formação amplia a sua percepção da existência em formação. *Nesse processo não pode haver nada de absolutamente estável. Por isso, a significação — elemento abstrato e idêntico a si — é absorvida pelo tema e dilacerada por seus conflitos vivos, para depois voltar como uma nova significação com a mesma estabilidade e identidade transitórias* (2017, p. 238, grifos nossos).

2 Diálogo na concepção dialógica: distinções

Certos usos de “dialógico” e de “diálogo” no sentido popular do termo, ou mesmo em alguns textos acadêmicos, nos impõe definir diálogo segundo a concepção dialógica. Percebe-se em muitos usos uma identificação entre diálogo e acordo, entre “ser dialógico” e “aceitar um acordo”, “aceitar opiniões do outro”, desistindo das próprias opiniões ou não, como se não fosse possível não chegar a um acordo, ou não

aceitar opiniões alheias, sem por isso deixar de dialogar. Para a concepção bakhtiniana, talvez o bom parceiro de diálogo seja aquele que concorda em, por exemplo, manter as divergências, se houver, e continuar a dialogar, sem descaracterizar o outro, talvez seja aquele que mantém a discordância cortesmente, mesmo quando há opiniões irreconciliáveis.

Cada interlocutor tem suas razões para se posicionar de uma dada maneira. Se isso não serve de alibi, nem por isso deve ser desconsiderado. Quem sabe a permanência no diálogo nesse sentido tenso não leve a algum entendimento de ao menos parte das bases das opiniões respectivas? Se as opiniões de A são inaceitáveis para B e vice-versa, eles podem manter o diálogo sem ter de renunciar a essas opiniões; se A julga dialógico que B mude de ideia, B julga dialógico o contrário, que A mude a sua, e por isso o resultado pode ser cada um dizer que o outro não quis dialogar – e os dois estarão certos, de um dado ponto de vista, ou errados, de algum outro. Isso lembra a história de dois reis que concordavam e discordavam: concordavam que era melhor haver um só rei; mas discordavam sobre quem deveria ser o único rei.

No mundo acadêmico, por exemplo, algum membro de banca pode discordar das propostas de um candidato, mas isso não o impede de reconhecer a coerência dessas propostas. Eis um caso de entendimento com discordância: o membro alega que faria de outra maneira, sustenta que a sua maneira é mais apropriada e aprova algo de que discorda porque é coerente o que tem diante de si. Seria aético que, percebendo a coerência, insistisse nas opiniões pessoais.

O diálogo no âmbito do dialogismo é (1) uma forma de organizar por escrito as falas de uma interação, (2) um contato presencial ou virtual entre interlocutores; e (3) a maneira como a teoria procura explicar a instauração do sentido: o sentido nasce do diálogo, não do sistema linguístico ou do texto em si. Diálogo na teoria é lugar de confronto, “arena” (Volóchinov, 2017), lugar em que se negociam sentidos, uma vez que, para a teoria, o sentido, ou tema, é irreiterável e não dado, instaurado na interação, criado por ela, a partir da significação, que é dada, reiterável, incluída no

inventário da língua: o tema depende da significação, mas vai além dela porque é instaurado nas situações concretas.

Essa identificação errônea produz, em situações de discordância, enunciados como “seja (mais) dialógico”, tradução de “aceite o que penso como verdade”, algo que pode criar mais conflito porque, em discordâncias mais agudas, esse “ser dialógico” implica desistir do que se pensa. Por exemplo, se alguém pensa que a linguagem é subjetiva e outra pessoa que a linguagem é objetiva, só pode haver acordo se uma delas desistir do que pensa ou alguma delas (ou as duas) provar que a linguagem é tanto subjetiva como objetiva.

Logo, a identificação entre diálogo e acordo padece de duas dificuldades: o fato de usar a definição popular de diálogo, que encontramos em enunciados como “tenho um bom diálogo com ela/e” e o fato de desconsiderar casos nos quais se pode dialogar, mas não chegar a um acordo, bem como casos em que se alcança um acordo cedendo parte do que se sustenta. A definição popular não é a definição técnica, mas, para a teoria, dialógicas são todas as relações entre sujeitos que não envolvam a força, a violência, como argumento, e por isso um diálogo malsucedido continua a ser dialógico nesse sentido.

Como dizem Clark e Holquist,

Eu nunca estou livre para impor minha intenção desimpedida, mas devo sempre mediá-la através das intenções dos outros, a começar pela outridade da linguagem em que estou falando. Tenho que entrar em diálogo com outrem. Isto não significa que não posso fazer com que meu próprio ponto de vista seja entendido, mas implica simplesmente que o meu ponto de vista há de emergir somente através da interação de minhas palavras e as de um outro à medida que elas contendem umas com as outras em situações particulares (1998, p. 264).

Não aceitar as propostas de alguém, entrar em conflito com elas, rejeitá-las por completo etc., é dialógico nesse sentido. Não cabe aqui o sentido idealista de diálogo como harmonia, ou perfeito entendimento. Podemos nos entender e discordar, assim

como podemos não nos entender, mas concordar com relação a algumas coisas. No primeiro caso, o entendimento consiste em aceitar que divergimos e que talvez nossa divergência seja irreconciliável, o que nos leva a manter nossa posição e a aceitar pacificamente a do outro, e vice-versa; no segundo, não chegamos a um acordo a ponto de haver um entendimento, mas aceitamos algo que pode haver em comum entre as posições de cada parceiro da interação.

3 Uma concepção ampliada de interação

À diferença de algumas concepções de interação, a concepção dialógica postula que o interlocutor a quem um locutor vai se dirigir influencia a maneira como o locutor vai dizer o que pretende para realizar seu projeto enunciativo. Isso ocorre porque o interlocutor pode não aceitar o dito e porque ele tem sua própria posição enunciativa, fatores que o locutor tem de levar em conta. O locutor quer que o interlocutor aceite o que ele vai dizer como, pelo menos, digno de consideração, e organiza seu discurso de modo a tentar antecipar-se às reações de seu interlocutor, cujo perfil pode ser mais ou menos conhecido (o público de um blog não é o mesmo que o público de um palestrante acadêmico; um amigo de longa data não é um colega de trabalho recém-conhecido etc.)

Vemos que o conceito de *interação* de modo algum se esgota na descrição da situação imediata da interação, ao face-a-face entre sujeitos, mas, englobando-a, remete retrospectiva e prospectivamente a todas as enunciações anteriores e posteriores, possíveis e imagináveis, como vamos detalhar adiante. Isso insere toda e qualquer enunciação, toda e qualquer interação, numa rede de interlocução em constante fazer-se, um festival de volta ao lar de pródigos significados temporariamente extraviados. E esse processo de resignificação permanente abarca os vários momentos, pessoais, sociais e históricos constitutivos da interação/enunciação.

Nesses termos, a produção de sentidos é entendida pelo Círculo como um constante vir a ser, porque cada diálogo recria significados de outros diálogos, assim

como antecipa diálogos ainda inexistentes, e os insere em um novo modo de vida (esfera de atividades) associado com um novo jogo de linguagem (gêneros do discurso). Trata-se do processo de ressignificação, sempre presente a cada vez que se instauram sentidos.

A implicação disso é que o horizonte social e histórico que a concepção dialógica leva em conta de modo algum se *esgota* no contexto imediato da interação, embora estes sejam seus fundamentos. Cada interação convoca não só o histórico de interlocuções dos sujeitos diretamente envolvidos como o histórico social de interlocuções de sua comunidade e sociedade, e mesmo de outras, como se evidencia ainda mais nestes tempos de globalização.

Portanto, o locutor e o interlocutor têm na interação, tal como a entende o Círculo, o mesmo estatuto: assim como é, retrospectivamente, uma resposta a enunciações precedentes, a enunciação do locutor responde prospectivamente ao interlocutor. O interlocutor é percebido por Bakhtin e o círculo como dotado de uma “responsividade ativa”: a resposta concreta do interlocutor é que permite que se materialize a compreensão. Não obstante, o locutor busca antecipar-se a essa responsividade e mesmo dirigir os rumos que toma, mediante a modulação contextual de sua entoação avaliativa.

Assim, a formulação do conceito de interação na concepção dialógica considera que todo locutor é sem dúvida um autor (um organizador de um texto em contexto), dirigindo-se a um interlocutor numa dada situação e com um dado projeto enunciativo num dado contexto, e esses elementos alteram a maneira como ele interage. Essa é a base da concepção dialógica da linguagem: as relações dialógicas. Nessa concepção, o locutor tem uma dada posição enunciativa, que é chamada de entoação avaliativa, e o interlocutor, também ativo, recebe o que lhe é dito de acordo com sua posição enunciativa, chamada de responsividade ativa.

Levando em conta esses elementos, pode-se dizer que, em sua concepção de *interação*, o Círculo leva em conta quatro níveis necessariamente constitutivos da

produção de sentidos, sendo eles dotados de diferentes e crescentes graus de amplitude, na razão inversa da inserção social e histórica, algo que cria grandes dificuldades metodológicas. Essas dificuldades são aumentadas pelo fato de ele também levar em conta a consciência individual (que não é entendida em termos cognitivos fisiológicos ou psicológicos estritos) como instância contextual, dado que o sujeito em interação, um eu-para-o-outro, continua a ser irredutivelmente um eu-para-si (e vice-versa).

Merece destaque que, nessa concepção, cada interação convoca todos os níveis. Em outras palavras, não há 4 níveis distintos a ser considerados individualmente, mas 4 dimensões integradas sem as quais não se analisam as interações dessa perspectiva. A ideia de nível é quantitativa, sem envolver sequência: cada nível é mais amplo do que os precedentes em nossa proposta, mas todos estão presentes ao mesmo tempo. Os níveis, ou dimensões, são:

a) O nível da interação verbal concreta, do aqui e agora da presença dos interlocutores na enunciação (claro que em sua projeção no enunciado). É constituído por todos os outros níveis, mais amplos e menos imediatos, sendo o nível mais próximo dos interlocutores.

Trata-se do nível mais imediato, e por isso social e historicamente mais restrito, uma vez que não se pode ver imediatamente em cada interação todos esses elementos. O próprio analista precisa fazer esforços para ver sua incidência. ‘Presença’ aqui deve ser entendida de duas maneiras: fisicamente e por meio de um texto. O contato do leitor com o texto também está englobado aqui, mesmo que o autor físico não esteja presente (nem o leitor quando o autor está escrevendo seu texto).

b) O nível do contexto imediato em que se insere a interação (posições sociais – relativas – dos interlocutores, formas atualizadas de interação social aceitáveis numa dada época e lugar etc.). Nesse nível estão os elementos que a

interação em seu sentido mais amplo convoca diretamente e que incidem sobre o nível anterior ao mesmo tempo em que remetem ao nível seguinte.

c) O nível do contexto social propriamente dito, a estrutura social vigente num dado momento, o nível que determina em termos conjunturais (ou seja, não estruturais) o modo de ser da interação. Aqui, os contextos e posições presentes no nível anterior se definem socialmente.

d) O nível do horizonte social e histórico mais amplo, em termos estruturais, que abrange a cultura em geral, os grandes períodos da história, o *Zeitgeist* [espírito de época] etc.

Cabe lembrar que as considerações de Bakhtin sobre a inexistência de um sentido primeiro (originário, do Adão mítico) e de um sentido derradeiro (definitivo, imutável) se referem mais especificamente a este último nível. Nesse sentido, o processo de ressignificação não conhece fronteiras geográficas ou temporais: vestígios de outras épocas, outros discursos, outros lugares etc. podem se fazer presentes nas mais diversas interações. Isso mostra que a interação envolve o contato com diversas formas de alteridade, de diferenças, desde o nível mais elementar até o nível de uma divergência entre culturas e épocas.

Quando se estudam as interações desse ponto de vista, pode ser útil considerar o fato de que Bakhtin postula em alguns textos (p. ex., Bakhtin, 2003) que a relação com a cultura alheia pode assumir três formas. A relevância disso é que o analista precisa considerar o ponto de vista do locutor e a projeção do interlocutor para fazer sua leitura de analista, ou seja, integrar esses dois elementos para examinar a interação manifesta no texto em análise.

As formas de leitura (apresentadas em analogia com três pontos de vista: o do locutor, o do interlocutor e o do analista) são:

- a) A leitura em que se vê o sentido dos discursos apenas em termos da imersão na cultura ou no período histórico de que advêm. Fazer apenas essa leitura envolve o risco de perda do enriquecimento trazido pelo afastamento, limitando-se ao que se mostra aparente.
- b) A leitura na qual se vê o sentido dos discursos abstraído-se da cultura ou do período histórico de que surgiram. Fazer apenas essa leitura envolve o risco de perder as especificidades do contexto. Se em (a) é preciso afastamento, aqui se requer aproximação.
- c) A leitura exotópico-empática, em que se vê o sentido dos discursos levando em conta tanto a cultura, o período histórico e a situação específica de que surgiram como a cultura, o período histórico e a situação específica a partir dos quais se lê, unindo com isso a riqueza da especificidade à riqueza da diferença, a proximidade e o afastamento.

Este é o ponto de vista do analista, que deve levar em conta o contexto da interação, incluindo as particularidades da relação entre os sujeitos em interação, o ponto de vista do locutor e do interlocutor (tal como representado no enunciado) e os vários outros elementos mencionados.

4 Uma proposta de análise

A proposta aqui apresentada, de cunho discursivo-enunciativo, de modo algum implica desconsiderar a materialidade do texto. Pelo contrário, tem essa materialidade e as circunstâncias de enunciação como suas bases, e reconhece ser essa materialidade parte inalienável e inescapável de enunciados. Assim, o enunciado, não o texto como materialidade, é a unidade de análise. Mas obviamente não há enunciado sem materialidade textual. Buscamos então enfatizar em nossa proposta a consideração tanto da materialidade formal do texto como o caráter do enunciado de parte de um

evento enunciativo-discursivo, evento que engloba essa materialidade, dando-lhe o caráter de membro de um todo maior.

Em outras palavras, tomamos o texto como parte de enunciados cujos sentidos se definem na enunciação, em suas circunstâncias específicas, entendendo que a enunciação ocorre na interação concreta entre sujeitos em uma dada circunstância concreta no tempo e no espaço. Logo, o enunciado é compreendido como um dispositivo que envolve uma materialidade textual e operações discursivas por meio das quais um locutor transforma língua em linguagem: o locutor parte da significação na língua e instaura sentidos na interação.

Nossa proposta de análise parte, nesses termos, dos seguintes parâmetros: (1) as relações enunciativas que presidem a interação, considerando (2) as marcas linguísticas (plano da língua *per se*) e (3) as marcas enunciativas (plano da linguagem, da ação discursiva), e (4) os saberes que o interlocutor a quem o texto é endereçado tem de ter e mobilizar a fim de entender e se apropriar do processo de instauração de sentidos do texto proposto pelo locutor.

A partir desses elementos, há desdobramentos que se referem

(A) Ao contexto – Este requer que se pergunte: quem se dirige a quem? Em que lugar e tempo? Quais as relações entre locutor e interlocutor? Que projeto de dizer se identifica? De que gênero o texto parece ser parte?

(B) À materialidade textual - Que marcas linguísticas nos permitem responder as questões anteriores? Que vozes são convocadas pelo locutor e qual sua posição com relação a elas?

(C) Aos vínculos entre materialidade e contexto - Que marcas enunciativas são criadas a partir dessa ligação entre a materialidade e o contexto?

(D) À Consideração do tópico + tema = sentido - Qual o tópico (assunto) do texto e qual seu tema (a posição valorativa do locutor)? Que sentido(s) são criados?

(E) Aos planos micro (linguístico) e macro (enunciativos) integrados – o texto em termos de gênero e interação.

Vamos exemplificar as questões aqui propostas a partir da análise de um texto publicado no *site* do jornal *Gazeta do Povo*. Trata-se de um texto que faz referência à tradicional celebração do Dia dos Pais na escola.

Ei-lo:

“Educação - controvérsia

Escolas trocam o Dia dos Pais pelo Dia da Família. Mas deveriam?

Colégios dizem querer incluir novos modelos de família, inclusive LGBT.

Mas, para o Escola Sem Partido, troca atende uma agenda ideológica.

Por Luana Cavalcante, especial para a Gazeta do Povo

11/08/2017 10:06

Foto:

1 O Dia dos Pais, celebrado neste domingo, vai passar em branco em muitas escolas brasileiras. Um número crescente de instituições de ensino tem trocado a data pelo genérico Dia da Família. As escolas afirmam promover a “inclusão” e a “diversidade”. Mas, além da boa vontade com alunos órfãos ou que vivem com o padrasto, a mudança pode estar ligada a uma agenda ideológica.

A escola infantil Zigue Zar, em Brasília, adotou o novo calendário há quatro anos. A administradora da unidade, Mariane Golart, diz que o espaço atende crianças de seis meses a 5 anos e que a novidade é bem recebida por casais homossexuais.

“No ano passado recebemos um aluno que tem duas mães. Com a festa da família, não foi preciso fazer nenhuma adaptação”, afirma.

Na Escola Estadual Professor Vítor José de Araújo, em Goiânia, o Dia da Família foi adotado em 2016. A coordenadora pedagógica Amanda Gonçalves Moreno diz que o objetivo é atender os diferentes perfis de famílias da comunidade escolar.

“Minha opinião, principalmente dentro de uma escola pública, é que devemos estar abertos à realidade da sociedade”, afirma Amanda.

Para a psicóloga Andréa Roriz, a transformação da data é natural: “As crianças chegam nas escolas com duas mães, ou adotadas por um casal de homens. O casamento tradicional era entre um homem e uma mulher. Hoje existe uma pluralidade”, opina.

Críticas

A abolição do Dia dos Pais é um tema controverso. Com o divórcio

facilitado e o aumento da gravidez fora do casamento, o perfil das famílias tem mudado. Mas décadas de estudos têm mostrado que essa fragmentação é ruim para os filhos. Já em 1985, por exemplo, havia evidência suficiente ligando o divórcio a desordens emocionais nas crianças. Ser filho de pais solteiros também torna mais difícil a ascensão social dos jovens de baixa renda. Justamente por isso, a figura paterna não deveria ser valorizada em vez de deixada em segundo plano?

Além disso, crianças órfãs sempre existiram e isso não impedia a celebração do Dia dos Pais. Seria a mudança no calendário motivada por razões ideológicas?

Para o coordenador do movimento Escola sem Partido, Miguel Nagib, a resposta é sim. “É uma tentativa de desconstruir a família tradicional, apagar da memória esse cenário cultural. O objetivo está subjacente”, avaliou o procurador.

Na visão de Nagib, o problema também é jurídico – especialmente nas escolas públicas. “O costume é uma fonte de direito e isso está na lei. Não cabe ao diretor da escola fazer essa mudança”, explica.

Ele acredita que, por trás da justificativa de inclusão, o verdadeiro motivo para transformar essa tradição é a inserção de agenda ideológica LGBT.

Miguel Nagib alerta que o tema deve ser assunto do Legislativo. “O Dia da Família fere a expectativa de muitas famílias. Ninguém tem competência para tomar essa decisão e transformar o conceito de pai, mãe e filhos em outra ideia”, afirma.

Homenagear os pais e criar um dia específico para a família, entretanto, não são excludentes. A Escola Adventista de Anápolis (GO), por exemplo, não aboliu o Dia das Mães e o Dia dos Pais, mas também incluiu no calendário o Dia da Família. Neste caso, a ideia é envolver os demais parentes do aluno sem deixar os pais de lado: “É uma data para todos os familiares”, explica Albert Andrade, diretor da escola.

Leia mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/escolas-trocam-o-dia-dos-pais-pelo-dia-da-familia-mas-deveriam-4ct17e5sjemwfa8dkysonozd5/>

Copyright © 2023, Gazeta do Povo. Todos os direitos reservados.”

Como a *Gazeta* não existe mais em formato de jornal físico, com circulação diária, mas apenas em forma de revista semanal, é no site que o órgão mantém a atualização das notícias diariamente, com produção de informação voltada para o consumo do seu conteúdo nos meios digitais. O que se vê, portanto, é o interesse do jornal em se manter como um veículo não só de divulgação de notícias e reportagens,

mas também de promoção de interações com seus leitores e entre estes a partir da leitura na internet.

No entanto, o órgão mantém ainda a forma de assinatura, o que faz com que seu conteúdo não esteja totalmente disponível. Por isso, o acesso direto ao *site*, como leitura diária, a exemplo do que se fazia com um jornal, é ainda restrito, o que faz com que o uso de plataformas como Facebook, no qual o órgão tem uma página¹ com mais de um milhão de “curtidas”, e como o Twitter, permitam um alcance bem maior de público. Contextualizar o uso dessas plataformas, a migração do meio físico para o digital e, conseqüentemente, as mudanças no gênero e no suporte permite situar o texto em um lócus diferente, pois o coloca num espaço mais central e mais acessível tanto em relação ao modelo de jornal tradicional quando ao do site.

Em um caso ou outro, seria menos lido, pois, em ambos os casos dependeria de pagamento para a leitura. Esse não é o caso da página que, além de ser gratuita, não tem seu acesso restrito apenas aos seus seguidores, já que uma postagem pode ser compartilhada por amigos ou mesmo aparecer em uma linha de tempo por meio de publicação sugerida ou patrocinada, recursos que são ofertados às páginas do Facebook. Nesse sentido, manter essa plataforma permite ao jornal ampliar o alcance de suas publicações a um número maior de leitores. Assim, a interação que se estabelece entre texto e leitor deve ser problematizada no sentido de que quem compra um jornal ou segue uma página de notícias o faz, geralmente, por concordar com o seu modo de apresentar seu conteúdo, do que escolhe publicar, sob que perspectiva e com qual acento valorativo. E, como vimos, o interlocutor tem um papel ativo nessas escolhas. Por isso, a ampliação do público é interessante na medida em que coloca em interlocução relações dialógicas entre enunciados que não se restringem à concordância e sim suscitando a polêmica, característica principal do diálogo que se estabelece entre discursos. Numa plataforma de rede como o Facebook, o que se

¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/gazetadopovo/>

observa inicialmente é a chamada da postagem, que suscita a leitura no site. Diferente da reportagem no site, o destaque na página é dado não ao título, que está abaixo da imagem, mas ao *lead* da reportagem, e essa troca explicita a valoração que será dada ao texto, pois há uma série de palavras que despertam o interesse do leitor, levando-o a clicar na reportagem: “colégios”; “novos modelos de família”; “LGBT”; “Escola Sem Partido”; “agenda ideológica”. É preciso discutir, então, as diferenças que se estabelecem com a troca de posição dos enunciados e mostrar que uma chamada mais marcada tem um objetivo, estabelecendo de imediato uma relação de interação com o leitor, reforçada pela imagem e pelo título da reportagem, transcrito abaixo, que afirma e questiona: “*Escolas trocam o Dia dos Pais pelo Dia da Família. Mas deveriam?*”. Pode-se ver que a pergunta instiga o leitor a querer saber que resposta o texto dará à questão e em que medida ele concordará ou não com ela.

Mas é preciso que ao leitor seja perceptível também que esse título, embora menos marcado que o *lead*, apresenta marcas linguísticas que mostram qual será o posicionamento defendido pelo texto. O uso do plural em “colégios” e do verbo “trocam” apresenta o fato como estabelecido (e não como um processo em mudança), o que leva ao uso da contraposição expressa pela conjunção “mas” e, principalmente, pelo “deveriam”. Assim, já no título se percebe o projeto enunciativo que determina a organização do texto, indicando a posição crítica que vai ser explicitada na organização discursiva na materialidade textual. Temos, então, uma postagem que cumpre dois papéis: chama à leitura do texto e indica a valoração do tema a ser tratado. Essas são questões que inicialmente devem ser trabalhadas com o aluno, pois contextualizam o texto e mostram qual o projeto de dizer que determina como o locutor vai dizer o que pretende, a depender a quem ele vai dizer.

O texto é, nessa perspectiva, o todo enunciativo que realiza essa intenção, agenciando o conjunto de vozes (de outros textos, de outros dizeres, de outros discursos) que permitirão ao autor sustentar a sua ideia. Nesse sentido, não há como ser neutro no uso da linguagem, e escrever sobre esse assunto cumpre também a essa

ideia de “agenda ideológica” a que se faz referência no *lead*. Quando se trabalha com texto em uma perspectiva dialógica é preciso fazer o aluno entender que, embora a linguagem possa ser neutra, seu uso nunca o é. Desse modo, chega-se à conclusão de que não há essa neutralidade tão propagada pela imprensa, na defesa da tarefa de somente dar informações. A notícia, a reportagem, como qualquer outro gênero da esfera jornalística é tão ideológico como qualquer outro modo de utilização da linguagem, pois sempre é um fato valorado por quem o apresenta., de seu ponto de vista. Não há relato sem um ponto de vista, e os pontos de vista não são necessariamente tendenciosos, embora possam ser. E são justamente as escolhas linguístico-enunciativas que devem ser analisadas para que se perceba isso. Não se pode entender um discurso sem entender as unidades da língua que o constituem, tal como não se pode entender o texto sem situá-lo em um discurso.

Se um enunciado é definido tanto pelo interlocutor como locutor, adquirindo seu sentido justamente na interação que se estabelece quando da leitura, vemos que nem todos vão perceber do mesmo modo as marcas que indicam o endereçamento discursivo do texto. É preciso, então, um trabalho que leve o aluno a identificar que elementos linguísticos são usados e como são usados, na enunciação, para criar o(s) sentido(s) pretendido(s) pelo autor. E, assim, entender que, embora cada um possa ler um texto de um modo específico, uma leitura crítica vai mostrar que há sentidos possíveis em detrimento a outros e eles precisam ser explicitados e debatidos.

Desse modo, inicialmente, temos de atentar ao fato de que a palavra “controvérsia” precedendo a reportagem já indica o modo como o assunto vai ser tratado. Com essa palavra, estabelece-se que o texto vai tratar de um assunto polêmico e que é um tema em que há divergência entre partes. Retornemos, então, ao fato de que uma reportagem pretende um uso neutro de linguagem (ao contrário, por exemplo, de outros gêneros jornalísticos como o editorial ou artigo de opinião) e que, por isso, deve apresentar os dois lados igualmente. Trabalhar com o texto seguindo

um modelo estrutural levaria a ver esse exemplar como exatamente isso, uma vez que ele, de fato, cita outros discursos que se opõem quanto ao tema.

Por esses motivos, tem importância ver o texto como o resultado de um projeto de dizer vai fazer com que busquemos nele o que rompe com essa suposta neutralidade do gênero, possibilitando perceber que, mesmo um texto que apresenta os dois lados de uma questão, organiza isso em função desse projeto, escolhendo que discursos vai apresentar, e como essas outras vozes vão ser citadas. No texto em questão, o primeiro parágrafo, introdutório, aponta essas duas direções: de um lado, a inclusão, feita por um número crescente de escolas que promoveram a mudança do dia dos pais para o dia da família, e de outro, o que é considerado uma questão ideológica, como se o contrário também não fosse.

É importante destacar, considerando ainda esse primeiro parágrafo, que “inclusão” e “diversidade” estão colocadas entre aspas, ao contrário de [agenda ideológica]. O uso das aspas demonstra aqui a não adesão a um discurso outro, e a marca está justamente mostrando que se trata de um recurso para explicitar que essa não é a opinião de seu autor. Portanto, é necessário que se questione com os alunos o que o uso das aspas mostra como elemento significativo da posição enunciativa de quem está escrevendo o texto.

Nessa mesma direção, a oposição expressa pelo uso do “mas”, nesse ponto do primeiro parágrafo, permite a introdução do segundo ponto de vista, mas é valorada pelo uso da expressão “boa vontade” em referência apenas a alunos órfãos ou que vivem com o padrasto. Ou seja, os demais alunos que não contam com a figura paterna tradicional somente são “agraciados” com a mudança porque a escola teria por objetivo cumprir uma “agenda ideológica” de discussão, de questionamento e de inclusão de questões de gênero. Não por acaso, os discursos citados nessa parte do texto se concentram em dizeres como “casais homossexuais”, “diferentes perfis de famílias”, “realidade da sociedade”, “duas mães”, “casal de homens”, “pluralidade”. Vemos, então, que os elementos que destacamos acima, que deveriam servir de

argumento a um lado da “controvérsia”, são usados como exemplo de uma suposta ideologia (de quem seria ela não é dito) que teria por objetivo acabar com o modelo tradicional de casamento que “era entre um homem e uma mulher”.

É nesse sentido que se organiza a segunda parte do texto precedida pelo subtítulo “Críticas”, que começa com questionamentos sobre divórcio e gravidez fora do casamento, além de estabelecer relações entre filhos de pais solteiros e problemas emocionais e dificuldades de ascensão social de jovens de baixa renda. Tais argumentos são a primeira parte do questionamento sobre o fim da celebração do dia dos pais, pois isso considerado, não seria melhor “valorizar” a figura paterna em lugar de deixá-la em “segundo plano”. A longa descrição dessa pequena parte do texto tem o objetivo aqui de mostrar que isso possibilita que a argumentação contrária não se concentre em um único discurso, retomando o questionamento do título “Mas deveria” em termos de “mudança de calendário motivada por razões ideológicas”.

A par da necessidade já explicitada de levar os alunos a compreenderem que tudo é ideológico, é preciso que o professor leve os alunos a entenderem que a mudança é sim motivada por razões ideológicas, mas não as apresentadas pelo coordenador do movimento Escola sem Partido: “desconstruir a família tradicional”, “apagar da memória esse cenário cultural”, “transformar a tradição” e a “inserção da agenda ideológica LGBT”. É preciso, portanto, que se compreenda que o texto, embora se pretenda como um apanhado de ideias favoráveis e desfavoráveis ao fim da celebração do Dia dos Pais (tópico tratado), faz isso de forma que os discursos elencados (temas) sejam valorados pelo locutor, que constrói seu texto na oposição entre a diversidade e a inclusão, com maior referência aos filhos de casais homossexuais e a uma nova organização social que é justamente a que é contra o Escola sem Partido. É justamente essa valoração que, embora mantenha o tópico, mostra que a diferença no tratamento dos temas revela o posicionamento do autor e mostra que o sentido pretendido é, sob a aparência de uma suposta neutralidade, criticar a suposta exclusão da data, apesar de toda a tentativa de se mostrar “inclusivo”.

5 Considerações finais

Considerar no trabalho didático de língua materna a questão da enunciação e do discurso demanda romper com uma prescrição já em vias de se tornar tradicional: o estudo do gênero textual como um modelo que pretende ver somente como é sua estrutura e como é sua “linguagem”, algo que se restringe em alguns casos a “coloquial” ou “formal”. Trabalhar o texto tendo como base o conceito de gênero do discurso, as relações enunciativas, que se estabelecem entre escritor e leitor e entre discursos que organizam o dizer permite mostrar que (1) a língua só existe e chega aos falantes como linguagem, no uso entre interlocutores, (2) o sentido não está dado no texto, mas construído no enunciado, (3) que a linguagem organiza e traduz o mundo e que (4) sujeito algum está isento de se marcar ideologicamente no que diz. Assim, trabalhar a linguagem sem categorias formais rígidas não deixa o texto e suas formas de lado, mas o situa na linguagem em uso. Como demonstramos, os parâmetros de análise aqui apresentados permitem examinar os componentes essenciais dos exemplares de gênero sem recurso direto a categorias textuais formais, como coesão e coerência, por exemplo, ou gramaticais, como conjunção adversativa, por exemplo, mas sem prejuízo da consideração dos aspectos materiais do texto.

Julgamos necessário evitar dois problemas: um trabalho que aborde apenas os aspectos formais, deixando de lado a enunciação, ou um trabalho em termos de enunciação que não considere devidamente a materialidade e os aspectos formais dos textos. A proposta feita aqui integra os aspectos formais e os aspectos enunciativos. Não há como ver a enunciação apenas em termos formais, porque o processo de enunciação é sempre o mesmo, mas é sempre diferente: a enunciação cria o novo (irrepetível) a partir do existente (repetível), unindo o formal e o discursivo. Vemos que a significação abstrata do sistema da língua adquire sentido na enunciação, e que o enunciado envolve também valoração, a avaliação que faz o locutor daquilo que diz. A enunciação é assim um processo fluido, que não admite um tratamento formal estrito. Tratada do ponto de vista da concepção dialógica de linguagem, a enunciação

mantém o formal e o discursivo, ao passo que um tratamento formal estrito não consegue alcançar o plano da enunciação, por ser necessário, mas não suficiente, para esse fim.

Referências

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Trad. de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.

BAKHTIN, M. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Tradução de Paulo Bezerra. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2017.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoievski**. Tradução direta do russo por Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BAKHTIN, M. Le problème du contenu, du matériau et de la forme dans l'oeuvre littéraire. *In*: BAKHTIN, M. **Esthétique et Théorie du Roman**. Paris: Gallimard, 1978.

BAKHTIN, M. **Pour une philosophie de l'acte**. Trad. de Ghislaine Capogna Bardet. Lausanne: L'Age D'Homme, 2003b.

BRAMBILA, G.; SOBRAL, A.; GONÇALVES, J. C. Dialogia, linguística aplicada e tradução: uma entrevista com Adail Sobral, comentada por Jean Gonçalves. **PERcursos Linguísticos**, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 13–41, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/16822>

CLARK, K.; HOLQUIST, M. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

SOBRAL, A. **A filosofia primeira de Bakhtin**. Roteiro de leitura comentado. Campinas: Mercado de Letras, 2019.

SOBRAL, A. Ato/atividade e evento. *In*: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo. Editora Contexto, 2005.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. MFL em contexto: algumas questões. **Bakhtiniana**. Revista de Estudos do Discurso, [S. l.], v. 11, n. 3, p. Port. 154-173 / Eng. 160, 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/2176-457323023>

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. O dispositivo enunciativo dos gêneros: uma proposta de didatização. *In*: BUNZEN, C. **Pedagogização dos gêneros no contexto brasileiro: críticas, possibilidades e desafios** (org.). Recife: Pipa Comunicação, 2021.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Réplicas à pandemia: reflexões dialógicas. **Revista Linguagem & Ensino**, 25(3), 93-106, 2023b. DOI <https://doi.org/10.15210/10.15210/RLE.V25especial.4556>

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso – ADD. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, vol. 10, n. 3, jul./set., p. 1076-1094, 2016. DOI <https://doi.org/10.14393/DL23-v10n3a2016-15>

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

VILÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.